

Empreitadas

13. AQ.01.23. DMOSM - Aprovação do conteúdo do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas e aprovação da adjudicação e das minutas do contrato.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação, o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas. Na sequência da aprovação do Relatório Final e pelo facto dos concorrentes Alexandre Barbosa Borges, S.A; Betufam, Lda; Carlos Alberto Martins Vieira & Filhos, Construções, Lda, terem ficado classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugar, respetivamente, ficando assim estas entidades selecionadas para celebração do acordo quadro, nos termos do definido no caderno de encargos, propõe-se a aprovação da adjudicação do presente acordo quadro plural, às entidades supramencionadas e propõe-se ainda a aprovação das respetivas Minutas do Contrato. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 29463

Data: 22/03/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA".

ASSUNTO: Aprovação do conteúdo do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas; Aprovação da adjudicação e aprovação das minutas do contrato.

PROPOSTA:

Submete-se para aprovação, o Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas.

Na sequência da aprovação do Relatório Final e pelo facto dos concorrentes **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A; BETUFAM, LDA; CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA**, terem ficado classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugar, respetivamente, ficando assim estas entidades selecionadas para celebração do acordo quadro, nos termos do definido no caderno de encargos, propõe-se a aprovação da adjudicação do presente acordo quadro plural, às entidades supramencionadas, conforme Relatório Final em anexo.

Propõe-se ainda a aprovação das respetivas Minutas do Contrato, que se anexam.

A Técnica da UAC,

Anexos:

1. Relatório Final;
2. Minutas do contrato;
3. Relatório Preliminar.



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

RELATÓRIO FINAL
CONCURSO PÚBLICO: AQ.01.23.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

Conrado

O Diretor do DOM,

12/03/2024

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

Conrado

A Diretora da DMOSM,

19/03/2024

Despacho:

*Após, é out
do Então.*

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

24/03/20

Órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga

Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA".

Preço base (Pb): €17.115.415,00 (dezassete milhões, cento e quinze mil e quatrocentos e quinze euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Prazo de vigência do acordo quadro: 4 (quatro) anos.

Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas

Júri do procedimento:

I – INTRODUÇÃO

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 05/03/2024, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor, destinada à elaboração do relatório final, cujo procedimento, acima referenciado, foi publicado no Diário da República, em 18/12/2023 (Anúncio de procedimento n.º 21574/2023, Parte L, II série, Número 242) e no Jornal Oficial da União Europeia, em 19/12/2023 (2023/S 244-767737), com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Nestes termos, o júri deliberou por unanimidade propor a seguinte ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação:

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€11.772.708,37
2.º	BETUFAM, LDA.	€12.627.857,82
3.º	CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.	€12.737.291,34
4.º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€13.485.743,66
5.º	DOMINGOS PEDROSA BARRETO, LDA.	€13.488.272,73
6.º	PREDILETHES, CONSTRUÇÕES, LDA.	€14.486.573,10
7.º	LIGALOTE, LDA.	€15.162.322,50

IV – ENTIDADES SELECIONADAS PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO QUADRO

De acordo com a ordenação das propostas, a seleção das 3 entidades para celebração do acordo quadro, ao abrigo do qual se poderá, verificando-se essa necessidade, celebrar múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, foi efetuada por critério do valor global mais baixo da proposta, sendo escolhidas as 3 propostas que apresentaram o preço global mais baixo dentro do universo das propostas rececionadas.

O acordo quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades selecionadas, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto supramencionado.

Face ao supra exposto, as entidades que foram selecionadas para celebração do acordo quadro, são as seguintes:

- **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A;**
- **BETUFAM, LDA;**
- **CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.**

IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto dos concorrentes **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A; BETUFAM, LDA; CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA**, ter ficado classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugar, respetivamente, ficando assim estas entidades selecionadas para celebração do acordo quadro, nos termos do definido no caderno de encargos, o júri deliberou propor que o acordo quadro plural atrás referenciado, lhes seja adjudicado.

A presente adjudicação, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico.

I.1 – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação aos adjudicatários e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, os adjudicatários serão igualmente notificados:

- Para apresentarem os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, no prazo fixado;
- Para se pronunciarem sobre a minuta do contrato.

I.2 – Caução

Nos termos do artigo 29.º do Programa do Procedimento e com vista ao exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com o acordo quadro, cada entidade adjudicatária deverá apresentar uma caução no valor €10.000,00 (dez mil euros), no prazo de dez dias úteis, a partir da notificação da adjudicação.

O modo de prestação da caução deverá obedecer a um dos modelos previstos no n.º 2 do artigo 90.º do *Código dos Contratos Públicos*.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 27.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- ***Minuta do contrato***

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação das minutas do contrato, em anexo, a celebrar com cada adjudicatário.

I.5 – Anúncio da adjudicação

Nos termos do artigo 78.º n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, a entidade adjudicante deve proceder à publicitação da adjudicação no Jornal Oficial da união Europeia (JOUE), no prazo de 30 dias após a celebração do contrato.

Braga, 19 de março de 2024

O Júri do Procedimento

Em anexo: Relatório Preliminar;

- Minuta do contrato (Alexandre Barbosa Borges, S.A.);
- Minuta do contrato (Betufam, Lda);
- Minuta do contrato (Carlos Alberto Martins Vieira & Filhos, Construções, Lda).

MINUTA / CONTRATO DE ACORDO QUADRO N.º AQ.01.23.DMOSM**“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”.**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»; _____

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim de Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**». _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 28 de novembro de 2023, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “**Acordo Quadro**” **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**”. _____
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

_____ É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

_____ 2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

_____ 3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 2.º
(Direito de opção)

_____ 1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via pública; _____

_____ 2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

_____ 3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

_____ 4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____

____5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

____1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

____2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

____3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

____Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

____1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

____2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

____3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

____1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este

instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

____2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º

(Caução)

____1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade....., no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

____2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

____3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

____4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º

(Denúncia do acordo quadro)

____A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º

(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º

(Despesas do acordo quadro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

____ Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

____ a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

____ c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

____ 1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no *acordo quadro* ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

____ 2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

____ a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

____ c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

____ d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

____ f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

____ g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

____ h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____

____3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

____4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-liquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

____5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

____6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*._____

____7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

____8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

____1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

____3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.____

____4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as

sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

_____.5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

_____.6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º **(Subcontratação)**

_____.1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

_____.2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

_____.3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

_____.1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

_____.2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

_____.3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha

acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

_____1. O dono da obra designa a Eng.ª **Ana Martins**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

_____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

_____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

_____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

_____2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

_____a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra: **ana.martins@cm-braga.pt**_____

_____b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**_____

_____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 19.º
(Foro competente)

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

____ O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(.....)

MINUTA / CONTRATO DE ACORDO QUADRO N.º AQ.01.23.DMOSM**“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”.**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»; _____

E

Segunda: BETUFAM, LDA., com sede n Rua Dr. José Duarte Júnior, Bloco 3, Edifício Cabrilho, freguesia de....., concelho de Montalegre, 5470-248 Montalegre, pessoa coletiva n.º 516016563, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**». _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 28 de novembro de 2023, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “**Acordo Quadro**” **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**”. _____
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

_____ É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

_____ 2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

_____ 3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 2.º
(Direito de opção)

_____ 1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via pública; _____

_____ 2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

_____ 3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

_____ 4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____

____5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

____1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

____2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

____3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

____Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

____1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

____2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

____3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

____1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este

instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

____2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º
(Caução)

____1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade....., no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

____2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

____3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

____4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º
(Denúncia do acordo quadro)

____A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º
(Despesas do acordo quadro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

____ Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

____ a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

____ c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

____ 1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no *acordo quadro* ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

____ 2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

____ a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

____ c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

____ d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____ e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

____ f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

____ g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

____ h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____

____3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

____4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-liquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

____5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

____6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*._____

____7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

____8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

____1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

____3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.____

____4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as

sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

_____.5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

_____.6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º **(Subcontratação)**

_____.1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

_____.2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

_____.3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

_____.1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

_____.2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

_____.3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha

acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

_____1. O dono da obra designa a Eng.ª **Ana Martins**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

_____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

_____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

_____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

_____2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

_____a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra: **ana.martins@cm-braga.pt**_____

_____b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro: **geral@betufam.pt**_____

_____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 19.º
(Foro competente)

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

____ O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(.....)

MINUTA / CONTRATO DE ACORDO QUADRO N.º AQ.01.23.DMOSM**“ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA”.**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»; _____

E

Segunda: CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA., com sede na Rua de S. Pedro, n.º 55, União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, concelho de Braga, 4705-627 Oliveira São Pedro, pessoa coletiva n.º 510072038, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....) aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**». _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 28 de novembro de 2023, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “**Acordo Quadro**” **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**”. _____
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

_____ É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras de manutenção e conservação na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

_____ 2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

_____ 3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 2.º
(Direito de opção)

_____ 1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via pública; _____

_____ 2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

_____ 3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

_____ 4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____

____5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

____1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

____2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

____3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

____Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

____1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

____2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

____3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

____1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este

instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

____2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º

(Caução)

____1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade....., no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

____2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

____3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

____4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º

(Denúncia do acordo quadro)

____A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º

(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º

(Despesas do acordo quadro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

____ Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

____a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

____c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

____1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no *acordo quadro* ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

____2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

____a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

____c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

____d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

____e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

____f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

____g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

____h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____

____3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

____4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-liquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

____5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

____6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*._____

____7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

____8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

____1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

____3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.____

____4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as

sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

____5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º **(Subcontratação)**

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

____3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha

acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

_____1. O dono da obra designa a Eng.ª **Ana Martins**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

_____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

_____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

_____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

_____2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

_____a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra: **ana.martins@cm-braga.pt**_____

_____b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro: **geral@caconstrucoes.pt**_____

_____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 19.º
(Foro competente)

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

____ O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____


Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)


(.....)

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.


O Diretor do DOM,

24/02/2024

Remeta-se ao Sr.
Presidente.


A Diretora da DMOSM,

22/04/2024

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruño Antunes Machado Rio)

24/02/23

Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM

Contratação: empreitada de "ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA".

Preço base (Pb): €17.115.415,00 (dezassete milhões, cento e quinze mil e quatrocentos e quinze euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Prazo de vigência do acordo quadro: 4 (quatro) anos.

Júri do procedimento:

Abertura das propostas: 20/02/2024

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 22/02/2024, para cumprimento do disposto no artigo 148.º do *Código dos Contratos Públicos (CCP)*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualmente em vigor, tendo por objetivo proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado, cujo procedimento

foi publicado no Diário da República, em 18/12/2023 (Anúncio de procedimento n.º 21574/2023, Parte L, II série, Número 242) e no Jornal Oficial da União Europeia, em 19/12/2023 (2023/S 244-767737).

O presente procedimento tem por objeto a escolha de **3 (três)** cocontratantes particulares para a celebração de um acordo-quadro ao abrigo do qual se pretende celebrar múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, de manifesta simplicidade, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

A seleção das 3 entidades para celebração do acordo quadro, será efetuada por critério do valor global mais baixo da proposta, ou seja, dentro do universo das propostas apresentadas, serão escolhidas as 3 propostas que apresentem o preço global da mais baixo.

Cada contrato de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terá como contraparte a entidade adjudicante e uma das entidades selecionadas, mais concretamente aquela de cuja proposta resulte o mais baixo preço total para a realização da obra específica para execução, por aplicação dos preços unitários propostos, aos tipos de trabalhos e quantidades indispensáveis à realização da intervenção em causa, ou seja que tiver apresentado preços unitários que, na globalidade, representem o mais baixo preço total das três propostas, tudo em conformidade com o previsto no caderno de encargos.

Os preços unitários propostos pelos concorrentes, no Mapa de trabalhos (Anexo VI), o qual faz parte integrante deste relatório preliminar, representam, todos eles, parâmetros base, significando, assim, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por cada unidade dos respetivos tipos de trabalhos implicados em cada contrato (optativo) de empreitada.

A celebração dos contratos ao abrigo do acordo-quadro será realizada por ajuste direto, nos termos do artigo 258.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos e com as especificidades previstas no caderno de encargos.

II – INDICAÇÃO DOS CONCORRENTES:

Identificação do concorrente	Preço
CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.	€ 12.737.291,34
BETUFAM, LDA.	€12.627.857,82
ALBERTO COUTO ALVES, S. A.	€ 22.000.000,00
PREDILETHES, CONSTRUÇÕES, LDA.	€14.486.573,10
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€11.772.708,37
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€13.485.743,66
LIGALOTE, LDA.	€15.162.322,50
DOMINGOS PEDROSA BARRETO, LDA.	€13.488.272,73

III – VERIFICAÇÃO E ANÁLISE (exclusão e admissão) DAS PROPOSTAS:

III.1 - O júri do procedimento procedeu à verificação e análise das propostas apresentadas pelos concorrentes, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*.

Em resultado da análise das propostas supramencionadas, o júri decidiu, nos termos do artigo 146.º do CCP, a **exclusão** da proposta apresentada pelo seguinte concorrente:

- ALBERTO COUTO ALVES, S. A.

Motivo de exclusão:

- Não preenchimento e apresentação da Lista de preços unitários propostos para a execução de cada unidade dos tipos de trabalhos, de acordo com o Anexo VI (ficheiro em formato editável (Excel), disponibilizado para esse efeito, na pasta “Caderno de Encargos”

(Mapa VI), conforme indicado no art.º 16.º, n.º 2, alínea c) do Programa do procedimento. Assim verifica-se a não apresentação dos atributos indispensáveis à avaliação das propostas, sendo a exclusão determinada pelo artigo 70.º, n.º 2, alínea c) e d) e pelo artigo 146.º, n.º 2, o) do CCP;

Relativamente às propostas dos concorrentes:

- **CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA;**
- **LIGALOTE, LDA;**
- **DOMINGOS PEDROSA BARRETO, LDA.**

O júri do procedimento verificou que se encontrava em falta a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo disponibilizado, junto com as peças do procedimento, (Documento Europeu Único de Contratação Pública - DEUCP), conforme previsto no art.º 16.º, n.º 2, alínea a) do Programa do Procedimento, tendo solicitado, ao abrigo do disposto no art.º 72.º, n.º 3, alínea a) do *Código dos Contratos Públicos*, que procedessem à entrega do respetivo documento em falta, no prazo de 5 dias úteis, sob pena de exclusão da proposta.

Após notificação para supressão dessa irregularidade, os referidos concorrentes apresentaram os respetivos documentos (DEUCP), dentro do prazo definido.

Em cumprimento do disposto no art.º 72.º, n.º 5, do *Código dos Contratos Públicos*, foram notificados todos os concorrentes, para conhecimento, dos pedidos efetuados e respetivas respostas.

III.2. – No seguimento do supra exposto, o júri considerou que as propostas dos concorrentes indicados na tabela infra, reúnem as condições exigidas, sendo as mesmas admitidas, procedendo-se à classificação das mesmas.

IV - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Face ao anteriormente referido, e por recurso ao critério do mais baixo preço, serão ordenadas as propostas em resultado do preço global mais baixo, resultante da soma dos preços unitários, de acordo com mapa de quantidades e respetivos preços propostos (anexo VI), que se anexa, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€11.772.708,37
2.º	BETUFAM, LDA.	€12.627.857,82
3.º	CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.	€12.737.291,34
4.º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€13.485.743,66
5.º	DOMINGOS PEDROSA BARRETO, LDA.	€13.488.272,73
6.º	PREDILETHES, CONSTRUÇÕES, LDA.	€14.486.573,10
7.º	LIGALOTE, LDA.	€15.162.322,50

V – ENTIDADES SELECIONADAS PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO QUADRO

A seleção das 3 entidades para celebração do acordo quadro, ao abrigo do qual se poderá, verificando-se essa necessidade, celebrar múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, foi efetuada por critério do valor global mais baixo da proposta, sendo escolhidas as 3 propostas que apresentaram o preço global mais baixo dentro do universo das propostas rececionadas.

O acordo quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades selecionadas, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto supramencionado.

Assim, as entidades selecionadas são, nomeadamente as seguintes:

- ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A;
- BETUFAM, LDA;
- CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA.

VI – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de **cinco** dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Mapa de quantidades com os respetivos preços propostos (Anexo VI).